



GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 1226/2024

**REGULAMENTA A DOAÇÃO DE BENS
MOVEIS INSERVÍVEIS PELO
MUNICIPIO DE PORTO CALVO -
PALAGOAS E DA OUTRAS
PROVIDENCIAS**

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE PORTO CALVO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei e com fulcro no art. 68 da Lei Orgânica, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentada a doação de bens moveis inservíveis pelo Poder Executivo, incluída a administração indireta, e Poder Legislativo, para fins e uso de interesse social.

Parágrafo único. Serão considerados inservíveis os bens ociosos, antieconômicos e irrecuperáveis, segundo os seguintes critérios:

- I. ocioso e o bem que, embora em condições de uso, não estiver sendo ocupado em razão da perda de sua utilidade, demonstrando-se defasado ou ultrapassado em relação a necessidade do órgão ou Poder;
- II. Antieconômico e o bem cuja manutenção for excessivamente onerosa; e
- III. Irrecuperável é o bem para o qual não exista no mercado peça de reposição para conserto e que, conseqüentemente, perdeu as características para a sua utilização.



GABINETE DA PREFEITA

Art. 2º O processo para a doação dos bens inservíveis ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Diretoria de Patrimônio, no âmbito do Poder Executivo e, no âmbito do Poder Legislativo, o processo será realizado pela Secretaria de Administração e Finanças.

§1º Para a declaração de inservibilidade, tanto o Poder Executivo, quanto o Poder Legislativo, deverão assim proceder:

- I. realizar a averiguação física, relatando por escrito as condições dos bens e classificando-os conforme o disposto no art. 1º;
- II. realizar a avaliação dos bens considerados inservíveis; e
- III. elaborar relatório conclusivo quanto à destinação dos bens, demonstrando o interesse público e a conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação.

§2º Após a realização das providências previstas no parágrafo anterior, deverá ser confeccionado edital, relacionando os bens disponíveis para doação, bem como convocando as entidades interessadas no recebimento dos bens a se cadastrarem, a fim de se dar a destinação final.

§3º Em havendo mais de uma entidade interessada, a decisão deverá ser feita por sorteio.

§4º Somente poderão participar do sorteio e/ou receber para doação os bens inservíveis, aquelas entidades que demonstrarem que darão aos bens uso e fins de interesse social.

Art. 3º As doações serão realizadas somente quando, inequivocamente, houver:



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO
CNPJ. N.º 12.366.720/0001-54
Rua Dr. Antônio Dorta, nº 18 – Centro – Porto Calvo/AL
CEP 57.900-000
Telefone: (82) 9 9423-0220 / E-mail: prefportocalvo@gmail.com



GABINETE DA PREFEITA

- I - Demonstração de interesse público devidamente comprovado;
- II - Avaliação previa dos bens;
- III - avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente a escolha de outra forma de alienação; e
- IV - Destina ao exclusiva para fins e uso de interesse social dos bens doados.

Art. 4º Em cada caso será observada a existência de cláusula de inalienabilidade de bens adquiridos com recursos de terceiros.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Calvo - AL, 18 de setembro de 2024


Eronita Sposito Leão e Lima
Prefeita

A presente Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em setembro de 2024.


Francisco Leandro de Souza
Secretário de Administração
Portaria 127/2022